

## **PIBID – UFBA E FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE: UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**

Danubia Ranigel Ferreira de Barros (Graduanda em Pedagogia - UFBA)  
Mayara Priscila de Jesus Santos (Graduanda em História - UFBA)  
Munike Pinho dos Santos (Graduanda em Pedagogia - UFBA)  
Salete dos Santos Amaral (Graduanda em Pedagogia - UFBA)  
Valdete Narcisa Lima (Graduanda em Pedagogia - UFBA)

### **RESUMO**

O presente trabalho é um estudo de um programa de política pública para a formação do professor na perspectiva inclusiva. Tem por objetivo discutir a importância do programa PIBID - Educação Especial (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/Educação Especial) na Universidade Federal da Bahia (UFBA) enquanto uma política pública que contempla a inclusão na formação inicial docente. Está sendo realizado em parceria com escolas da educação básica da cidade de Salvador. Como metodologia, foram realizadas leituras bibliográficas e reflexões acerca das experiências com o PIBID. Primeiro buscou-se conhecer o programa na UFBA; em seguida analisou-se o subprojeto de Educação Especial; e por fim, através dos relatos de experiência descreveram-se as contribuições do projeto no processo formativo dos licenciandos. Como resultado considera-se que políticas de iniciação à docência, voltadas para a escola inclusiva, podem ser o diferencial na construção pedagógica do futuro educador.

**Palavras chave:** PIBID; Formação de Professor; Educação Inclusiva.

### **1. INTRODUÇÃO**

Na atualidade, a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) vem ganhando espaço nas instituições regulares de ensino. Isso se dá, principalmente, pela implementação de políticas públicas que promovem o direito à educação inclusiva.

Dentre as políticas voltadas para Educação que deram visibilidade a educação de pessoas com NEE, pode-se destacar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), que no seu artigo 59, recomenda aos sistemas de ensino a garantia aos alunos com NEE, de currículo, métodos, recursos específicos para atender às necessidades de todos; e a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que prevê a inclusão de todos os alunos alvo<sup>1</sup> da educação especial no ensino regular em classe comum com atendimento educacional especializado no turno inverso (BRASIL, 2007).

---

<sup>1</sup> São considerados alunos alvo da educação especial os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (BRASIL, 2008, p. 13)

Em meio a esses acontecimentos tem surgido a necessidade de preparar os futuros educadores para enfrentar essa nova realidade. Dessa forma, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência PIBID – UFBA junto ao subprojeto PIBID Educação Especial tem por objetivo possibilitar o contato de estudantes de Licenciaturas com as escolas inclusivas. Segundo Galvão (2012), através do apoio interdisciplinar as ações dos professores especialistas em AEE, o Licenciando terá oportunidade de conhecer por meio da prática às especificidades comunicativas dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Segundo (TARDIFF, 2002)

[...] os saberes oriundos da experiência de trabalho cotidiana parecem constituir o alicerce da prática e da competência profissionais, pois essa experiência é, para o professor, a condição para a aquisição e produção de seus próprios saberes profissionais. (TARDIFF, 2002, p. 21)

Sendo assim entende-se a escola como espaço de formação, ação e experiência docente, que cria condições para a efetiva reflexão crítica e inovação do futuro professor. Logo, a proposta do PIBID Educação Especial de iniciar o contato com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) possibilita a formação diferenciada para lecionar com qualidade na escola pública inclusiva.

## **2. PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID - UFBA) E A PRÁTICA INCLUSIVA**

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID – UFBA) é um Programa do Ministério da Educação, gerenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, seu objetivo mais relevante é o incentivo à formação de professores para a educação básica e a elevação da qualidade da escola pública.

O PIBID – UFBA, atualmente, contempla todas as licenciaturas oferecidas na Universidade e outros três subprojetos interdisciplinares: Teatro e educação; Linguagens e Educação Especial. Como Política Pública pretende promover mudanças qualitativas na formação universitária de professores através de um processo de valorização dos cursos de licenciatura e da aproximação entre universidade e escolas da Educação Básica. Os licenciandos são inseridos nas escolas, vivenciando o seu cotidiano e cooperando para a realização de práticas pedagógicas, com a orientação de professores universitários e supervisão de docentes da escola básica pública. Essa ação está fundamentada numa

perspectiva de formação de professores, focalizando os saberes produzidos por meio da experiência e do olhar crítico sobre esse movimento.

As propostas dos projetos submetidos ao programa devem atender aos seguintes objetivos:

a) incentivar a formação de docentes em nível superior para a Educação Básica; b) contribuir para a valorização do magistério; c) elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre a Educação Superior e a Educação Básica; d) inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; e) incentivar escolas públicas de Educação Básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-os protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e, f) contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura. (BRASIL, 2010, p. 3).

O Programa custeia bolsas mensais de estudo e pesquisa em cinco modalidades: iniciação à docência, para estudantes de licenciatura, supervisão, para professores de escola pública que orientam no mínimo 5 e no máximo 10 alunos, coordenação de área, para professores da instituição proponente, onde é permitida a concessão de uma bolsa para cada subprojeto aprovado, coordenação de área de gestão de processos educacionais, para professor da instituição proponente, é concedida uma bolsa por projeto institucional e coordenação institucional, para professor da instituição proponente, uma bolsa por projeto institucional.

O PIBID é uma conquista enquanto política pública para a formação docente, tema este muito discutido na atualidade. Carneiro (1999) apresenta algumas das dificuldades referentes à iniciação à docência. Dentre elas está a falta de experiência do professor iniciante, a insegurança frente aos alunos; o desconhecimento dos possíveis problemas que os alunos possam enfrentar diante de uma dada situação e a dificuldade para trabalhar com a diversidade e com as diferenças entre os alunos. Assim, a autora mostra que os problemas enfrentados pelos professores em início da docência estão relacionados com a necessidade de se estabelecer a articulação teoria-prática nos processos formativos, os licenciados saem da graduação sem experienciar o cotidiano do espaço escolar.

Nessa perspectiva, O PIBID tem possibilitado que os alunos de licenciaturas inseridos no programa, vivenciem a escola como espaço de formação, de reflexão e de construção do saber docente. Vale salientar, que o programa é uma inovação que merece

destaque para os licenciandos que além de saber, numa dimensão mais teórica, precisam aprender a fazer e analisar esse saber fazer, para que sua prática profissional seja sempre transformada.

Nesse contexto o programa abre espaço para a implementação do subprojeto PIBID Educação Especial a fim de preparar os futuros educadores para nova realidade da educação inclusiva.

## 2.1. O QUE É PIBID EDUCAÇÃO ESPECIAL?

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID) Educação Especial é um subprojeto interdisciplinar que visa à inserção dos estudantes das diversas licenciaturas nas salas de recursos multifuncionais (SRMs) das escolas regulares da cidade de Salvador – BA. De acordo com (MIRANDA, 2011) Sala de Recursos Multifuncionais é:

um espaço na escola onde acontece o atendimento especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, a fim de desenvolver a aprendizagem baseada em novas práticas pedagógicas, com o intuito de auxiliar esses alunos a acompanharem o currículo proposto pela escola, como também progredirem na vida escolar. (MIRANDA, 2011, p.97)

As salas de recursos são uma realidade na cidade de Salvador. Atualmente 26 escolas do município estão com as SRMs em funcionamento; embora, em 2009, 49 unidades tenham sido contempladas. Dessas 26 escolas, 5 estão articuladas com o projeto do PIBID Educação Especial.

Sendo assim o objetivo do projeto é proporcionar aos licenciandos o convívio com a prática docente do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e relacioná-la com as especificidades comunicativas dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Sabendo da importância da aquisição e desenvolvimento da linguagem para a interação social do aluno, torna-se indispensável, nas salas de AEE um suporte interdisciplinar que proporcione aos alunos com NEE alternativas comunicativas que os incluam no ambiente escolar.

O estudante da graduação inserido nas salas de recursos irá apoiar à comunicação dos alunos com NEE através de atividades adaptadas as diferentes linguagens usadas na escola.

Dessa maneira o PIBID Educação Especial cumpre o seu papel formador não só por proporcionar o início da experiência docente aos licenciandos, muito além, esse subprojeto

visa proporcionar a experiência da docência inclusiva; relacionando-a com o apoio a superação das barreiras da comunicação. Para (MANTOAN, 2006, p.52) “Certamente, um professor que engendra a caminhada do saber e dela participa, [...] consegue entender melhor as dificuldades e as possibilidades de cada um e provocar a construção do conhecimento com maior adequação”.

### **3. PIBID EDUCAÇÃO ESPECIAL E A FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE: ASPECTOS METODOLÓGICOS**

O subprojeto PIBID Educação Especial - UFBA foi implementado nas escolas públicas da rede municipal da cidade de Salvador. Vale ressaltar que entre os critérios de seleção era exigido que as Salas de Recursos Multifuncionais já estivessem em funcionamento. Foram selecionadas cinco escolas e cinco professores especializados para atuarem como supervisores dos licenciandos integrantes do subprojeto.

A primeira etapa do subprojeto teve como foco o encontro com os professores especializados, responsáveis pelas salas de recursos multifuncionais. A mesma teve como objetivo conhecer o perfil dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), a forma de comunicação por eles utilizada, e por fim, investigar as possibilidades materiais das SRMs. Feito isso, foi pensada uma proposta de intervenção, a qual foi apresentada no segundo momento.

A proposta acima mencionada era de ação interdisciplinar pautada nas necessidades de comunicação dos alunos, sendo realizadas em dois momentos, no primeiro, serão desenvolvidas atividades de adaptação na forma de comunicação das informações recebidas pelos alunos do AEE, e no segundo as atividades terão foco nas adaptações de material que envolva formas de comunicação para emissão e recepção das mensagens. Vale destacar que essas adaptações serão feitas atendendo a especificidade de cada aluno.

Para o aluno com deficiência visual ou com baixa visão, por exemplo, as adaptações contemplarão os aspectos visuais, acontecendo das seguintes formas: ampliação das fontes; digitalização dos textos transformando-os em textos audíveis; transcrição dos textos para braille. Também serão feitas adaptações dos conteúdos escolares, sendo os mesmos apresentados na linguagem visual por meio de modelos tridimensionais e vivências tácteis e sinestésicas. Já os alunos com NEE, usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), os

conteúdos escolares apresentados na linguagem oral serão adaptados por meio da LIBRAS, entre outras adaptações.

A terceira etapa tem por objetivo a socialização das práticas docentes desenvolvidas nas escolas contempladas pelo subprojeto. Por meio de rodas dialógicas serão discutidos o AEE e as NEE dos sujeitos envolvidos no processo inclusivo. É importante destacar que esses momentos de encontro serão também de reflexões e críticas acerca das práticas, pois se entende que o conhecimento é fruto de contribuições, diálogos e dialéticas.

A última etapa do subprojeto PIBID Educação Especial está pautada nas possíveis reflexões a serem feitas pelos bolsistas acerca de suas experiências a partir do contato com as salas de AEE, bem como a prática utilizada.

Sendo assim o PIBID Educação Especial se configura como mais um instrumento para a formação inicial docente. Em consonância com essa reflexão Beauchamp (apud, TOLEDO; VITALIANO, 2012, p. 322) fala sobre a importância de se investir em espaços de formação de professores no próprio local de trabalho, uma vez que as reflexões se voltam ao cotidiano, possibilitando troca de experiências.

Nesse contexto, os resultados da experiência com o PIBID revela que o projeto tem possibilitado ao graduando a experiência de atuar na escola inclusiva (que será o seu local de trabalho) durante o seu processo formativo inicial. Esse contato é referendado pelos licenciandos como diferencial para o seu futuro enquanto educador; pois é na sala de recursos, com os alunos, os materiais pedagógicos, o conhecimento da rotina escolar que o licenciando pode desenvolver mecanismos e estratégias para a sua prática docente.

Levando em conta a importância da experiência no processo formativo do educador tem-se no PIBID a oportunidade de mobilizar os sujeitos envolvidos a reinventarem a sua prática pedagógica e a lutarem pela efetivação das políticas públicas que garantem a inclusão. O pensamento crítico sobre a escola inclusiva dá subsídios para que a formação universitária esteja direcionada à superação dos problemas históricos enfrentados pelos sistemas públicos de educação no que diz respeito à inclusão. Nesse sentido (LIMA, 2009) defende que:

É importante considerar, portanto, que os professores enquanto fios dessa teia tecem e são tecidos na constituição das inquietações, do silêncio, das mudanças, do aprisionamento, dos preconceitos, dos compassos e descompassos da legislação; estão implicados na tejedura histórica dos diferentes momentos da educação especial [...] (LIMA, 2009, p.80)

Logo é o professor quem pode assumir o papel transformador nas práticas inclusivas, mas essa consciência inovadora não se dá ao acaso; é fruto de um processo formativo consistente que valoriza a docência e a escola inclusiva. Nesse contexto o PIBID Educação Especial vem contribuir para que essa formação aconteça significativamente.

#### **4. PIBID EDUCAÇÃO ESPECIAL E A FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE: experiências adquiridas pelas bolsistas no AEE da Escola Municipal Casa da Amizade**

Dentre as cinco escolas contempladas pelo PIBID Educação Especial daremos ênfase a Escola Municipal Casa da Amizade. A mesma fica localizada no bairro de Ondina, na Rua Quintino de Carvalho nº 45, Salvador – Bahia e atende principalmente aos alunos da comunidade do Calabar. Foi fundada em 19 de maio de 1968 através de um convênio entre o estado e a Casa da Amizade (Entidade fundada pelas Senhoras Rotarianas). A escola hoje é mantida pela Prefeitura Municipal de Salvador. Inicialmente atendia apenas alunos da pré-escola. No ano de 1985, passou por uma reforma ampliando as suas instalações físicas e foi autorizada a atender alunos de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental. Atualmente funciona nos turnos matutinos e vespertinos e tem uma matrícula de 200 alunos distribuídos da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental.

A Escola Municipal Casa da Amizade abraçou a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais a partir de 2010, com a implantação da Sala de Recursos Multifuncionais e incluiu na sua Proposta Político Pedagógico a Educação Inclusiva. Para tanto foram adotadas novas práticas pedagógicas e desenvolvidos trabalhos voltados para as crianças com necessidades educacionais especiais no sentido torná-las mais autônomas.

Atualmente são atendidos na SRM 17 alunos com necessidades educacionais especiais, sendo que os atendimentos são realizados individualmente ou em pequenos grupos em horários distintos e no turno oposto ao da sala regular. O trabalho é realizado por uma professora com formação específica para atuar no AEE.

O Subprojeto PIBID Educação Especial tem possibilitado as bolsistas vivenciar o processo de inclusão dos alunos com NEE nesta escola. Através do contato com as práticas pedagógicas desenvolvidas no AEE, da orientação da supervisora, das atividades formativas o PIBID tem contribuído de forma positiva na formação inicial docente, conforme os depoimentos das próprias integrantes do Subprojeto.

#### 4.1 RELATOS DAS EXPERIÊNCIAS DAS BOLSISTAS

A experiência no PIBID Educação Especial aparece como uma ampliação da formação do licenciado, principalmente quando se refere a práticas tão específicas, como é o caso da Educação Especial; esse diferencial formativo pode ser observado no depoimento da própria bolsista PIBID:

“Como bolsista do subprojeto PIBID Educação Especial posso falar com propriedade do quanto o mesmo tem me possibilitado uma formação diferenciada, principalmente no que se refere à Educação Especial. Estar inserida em uma escola inclusiva, com alunos público alvo da inclusão, tudo isso, tem atenuado o distanciamento entre a teoria e a prática, melhorando assim, o processo de formação dos bolsistas envolvidos nesse subprojeto.

Participar diretamente das atividades desenvolvidas na Sala de Recursos Multifuncionais, na qual faz-se presente uma diversidade de alunos, todos com suas especificidades, tem sido um ganho imensurável, uma vez que esse contato tem me permitido conhecer cada aluno, suas necessidades e seus potenciais. E a partir desse contato, nós graduandos temos mais convicção de que todos os alunos com necessidades educacionais especiais são capazes de avançar no seu processo de aprendizagem, desde que nós educadores estejamos cada vez mais preparados para atuar em prol de uma educação que respeite as diferenças, e acima de tudo, promova práticas educativas que possibilite que todos aprendam.

Por tudo isso, acredito que o PIBID Educação Especial tem sido o grande parceiro da Educação Especial, pois tem contribuído diretamente para que os licenciandos tenham contato com a prática inclusiva no seu percurso formativo, enriquecendo-a, seja na realização ou auxílio das atividades desenvolvidas no AEE, bem como nas reflexões acerca da Educação Inclusiva.” *(Salete Amaral, estudante do curso de Pedagogia e bolsista PIBID Educação Especial)*

Outro aspecto enfatizado no depoimento das bolsistas é a possibilidade de realizar intervenções, experimentando situações práticas e reatualizando as suas ações, a medida que o aluno responde ao que foi proposto. Resgatando o que TARDIF (2002) aponta quando refere-se a prática como alicerce para a teoria. Como pode-se observar no depoimento que se segue:

“Ter a oportunidade de participar como bolsista do subprojeto Educação Especial tem sido uma experiência enriquecedora na minha trajetória de formação. Comecei na graduação com o desejo de trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais, o PIBID me permitiu concretizar esse grande desejo. Com o programa foi possível conhecer as crianças com as diversas NEE, o AEE como um espaço dentro da escola que visa à melhoria da aprendizagem das crianças com NEE, as práticas pedagógicas propostas pela professora responsável da SRM, e também apresentar minhas propostas de intervenções a ser realizadas com os alunos. Outro ganho importante foi à participação nas atividades formativas organizadas pelas bolsistas e coordenadora do subprojeto. Essas estratégias de formação me proporcionaram mais compreensão e reflexão acerca da educação inclusiva. Vale salientar que através do PIBID foi possível escrever trabalhos acadêmicos e participar de eventos para apresentar tais trabalhos, isso foi muito relevante para minha formação acadêmica.



Portanto, posso afirmar que participar como bolsista do PIBID é um diferencial na minha formação inicial, pois antes eu conhecia apenas as teorias voltadas para educação inclusiva, agora posso refletir as teorias junto à prática.” *(Danubia Barros, estudante do curso de Pedagogia e bolsista PIBID Educação Especial)*

Como afirma Mantoan (2006), a prática inclusiva é efetivada pela vivência e pelo trabalho cooperativo no espaço escolar, os alunos do PIBID Educação Especial referem que a vivência de uma prática pedagógica inclusiva implica diretamente na sua formação de licenciado, dando-lhe uma oportunidade ímpar de qualificação profissional, como salientado na fala da aluna Munique:

“Como graduanda do curso de Pedagogia e atuante na luta por uma educação pública não só gratuita e de qualidade, mas além de tudo inclusiva, encontrei no PIBID uma oportunidade de qualificação profissional indispensável para quem pretende atuar na sala de aula.

Através deste projeto, tive a oportunidade de conhecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE), as crianças atendidas e as estratégias pedagógicas utilizadas pela professora do AEE, além de propor intervenções no trabalho desenvolvido e atividades de formação acadêmica. Dessa forma o PIBID educação especial cumpre um papel importante na formação de licenciandos numa perspectiva inclusiva.

Por isso acredito que participar desse projeto, que está preocupado com a verdadeira inclusão, é um estímulo para a minha formação. Estou tendo a oportunidade de aprender a trabalhar com os diferentes instrumentos pedagógicos voltados para a educação inclusiva e de compreender cada vez mais como se dá a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.” *(Munique Pinho, estudante do curso de Pedagogia e bolsista PIBID Educação Especial).*

É fato que nas vivências com a comunidade escolar as alunas reconhecem as práticas de ensino e retomando conteúdos discutidos no espaço da academia. Assim o PIBID tem proporcionado um diálogo extenso entre a Universidade e a comunidade escolar do Ensino Básico. Para a bolsista Valdete Narcisa:

“O projeto PIBID aparece num momento propício para as iniciações do ensino e as possíveis oportunidades vivenciadas no contexto educacional, as reflexões da atuação enquanto futura (o) profissional, bem como a consolidação das aprendizagens no que estão relacionadas às atividades quanto bolsista no projeto de Educação Especial, foi e está sendo, um período de muitos acontecimentos importantes e enriquecedores para a minha formação acadêmica. Compartilhar da validação das teorias e práticas vistas nas salas de recursos que venho acompanhando durante o acontecer do projeto, é até então pensar no AEE em sintonia adequada para que as escolas acolham à todos os alunos indiferente as suas particularidades sendo patológicas ou sociais.

As práticas vivenciadas na sala durante o AEE, e as experiências que foram relevantes no decorrer das atividades são: as relações entre todos os envolvidos nos espaços escolares; a postura dos professores diante dos alunos e a articulação no planejamento; as atividades a serem desenvolvidas na sala de aula regular; a frequência dos alunos aos encontros para o AEE e a participação dos pais na escola.

Desenvolver as atribuições quanto bolsista do PIBID, está sendo um ponto para minha formação acadêmica, consciente da diversidade dos contextos e marcante para uma formação profissional advindas de experiências tanto nas práticas encontradas nas SRM como nos períodos de formação organizados pela

coordenação do projeto.” *(Valdete Narcisa, estudante do curso de Pedagogia e bolsista PIBID Educação Especial)*

Vale ressaltar que a vivência na sala de recurso multifuncional, resgata também a possibilidade dos alunos conhecer a implementação de uma política pública educacional e se posicionar como cidadão que fiscaliza as leis e valida as possibilidades de impacto das ações públicas na vida cotidiana de cada aluno e professor é a prática inclusiva ressignificada nos pequenos atos da escola, conforme Miranda (2011). Esse aspecto é resgatado na fala da bolsista Mayara:

“Por ser estudante de um curso de licenciatura e cidadã, e acreditar no ensino público não só de qualidade mais que respeite o indivíduo tal como ele é, entendo a oportunidade de participar do PIBID Educação Especial como um diferencial na minha formação acadêmica e um processo de enriquecimento pessoal.

A vivência do que acontece na prática na SRM, o entendimento das especificidades de cada aluno e a realidade que este cenário cerca me permitiu ultrapassar a fronteira do teórico, onde por muitas vezes o número ou estatística torna-se meramente um indicador frio, possibilitando um olhar completamente novo à importância do AEE na vida dos alunos com NEE e do núcleo familiar que os cerca.

É inegável que um projeto como esse é de inestimável valor para comunidade acadêmica e à comunidade escolar em que está inserido, pois a troca conseguida entre os licenciandos e as professoras da SRM é de grande valia para ambas as partes, o que permite um avanço do conhecimento intelectual do AEE; contemplando uma demanda que além de necessária é um direito de qualquer cidadão. A partir disso constato o ganho que estou tendo ao longo desse percurso, que nenhum livro com diretrizes pedagógicas, relato ou aula seria capaz de me dar.” *(Mayara Santos, estudante do curso de História e bolsista PIBID Educação Especial)*

Dessa forma, é possível certificar o quanto o PIBID Educação Especial vem transformando o processo formativo dos licenciandos de modo a possibilitá-los em sua trajetória acadêmica, o contato com alunos inclusos, o que tem sido um grande diferencial. De acordo com Tardiff (2002), Mantoan (2006) e Miranda (2011) a prática deve estar atrelada a teoria, e no percurso acadêmico, programas como este tem sido um elo de ligação entre os estudos teóricos e as práticas de inclusão.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reflexões até o momento apontam a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino como um avanço no que diz respeito ao histórico escolar de segregação desses sujeitos, mas também um desafio quando se pensa na formação docente.

Com a entrada desse público na escola regular quebram-se as barreiras de homogeneidade na sala de aula. Assim faz-se necessário formar professores que atendam as especificidades de aprendizagem dos alunos, pois muitos não se sentem preparados para lidar com essa realidade.

A iniciativa de políticas públicas comprometidas com a formação do professor inclusivo já pode ser observada em alguns programas das Universidades públicas brasileiras. O PIBID – UFBA Educação Especial se configura como uma dessas iniciativas. Ao considerar a iniciação à docência parte importante no processo formativo, proporciona ao estudante conhecer os desafios da escola inclusiva, ao mesmo tempo em que lhe dá subsídios para superá-los. Portanto o quanto antes se dá essa participação, mais preparado estará o licenciando para lidar com a diversidade.

Nesse sentido, a experiência adquirida através das observações e intervenções no Atendimento Educacional Especializado trouxe grandes contribuições para os licenciandos em formação; proporcionando-lhes o diálogo entre a teoria e a prática.

Porém ainda há muito que ser feito para que a inclusão aconteça de maneira satisfatória. Tanto a escola, quanto os docentes precisam de outras políticas que os preparem para receber os alunos com necessidades educacionais especiais. Muitas unidades escolares ainda não possuem uma estrutura física adequada e os seus professores ainda não se sentem prontos e nem acreditam nas potencialidades dos alunos incluídos. Sem contar que algumas unidades não foram contempladas com as SRMs para o Atendimento Educacional Especializado. Sendo este um importante espaço pedagógico no desenvolvimento do aluno com NEE.

Conclui-se que os programas como o PIBID Educação Especial, que contemplam a formação do professor são o ponto pé inicial para a qualidade da escola inclusiva.

## **REFERÊNCIAS**

**BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC/SEESP, 1996.

\_\_\_\_\_ **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.**  
Secretaria de Educação Especial/MEC: SEESP, 2007.

\_\_\_\_\_ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Portaria nº 260, de 30 de dezembro de 2010**, que “Aprova as normas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID”. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria260\\_PIBID2011\\_Nomas Gerais.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria260_PIBID2011_Nomas Gerais.pdf) Acesso em: 05 de set. 2012.

CARNEIRO, V. C. **Iniciação à Docência: um problema ainda em aberto.** Caderno Pedagógico, Lageado, n. 2, 1999, p. 57-81.

GALVÃO, N. C. S. S. **Subprojeto Interdisciplinar - Educação Especial.** Disponível em: <http://www.prograd.ufba.br/projetos.asp>. Acesso em 10 de Set. 2012.

LIMA, I. M. C. O processo inclusivo em formação de professores: histórias de formação e experiências. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G (Orgs). **Educação Especial em Contexto Inclusivo: reflexão e ação.** Salvador, EDUFBA, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MIRANDA, T. G. O Atendimento Educacional Especializado – AEE em sala de recursos: desafios entre as políticas e as práticas. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G (Orgs). **Educação Especial em Contexto Inclusivo: reflexão e ação.** Salvador, EDUFBA, 2011.

TARDIFF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TOLEDO, E. H.; VITALIANO, C. R. Formação de Professores por meio de Pesquisa Colaborativa com Vistas à Inclusão de Alunos com Deficiência Intelectual. In: **Revista Brasileira de Educação Especial.** Universidade Estadual Paulista. V. 18, n.2, 2012 – Marília: ABPEE, Trimestral.